CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0417/11	DATA: 09/05/2011
INÍCIO: 09h44min	TÉRMINO: 12h13min	DURAÇÃO: 02h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h28min	PÁGINAS: 44	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCO MAIA – Presidente da Câmara dos Deputados.
BETO GRILL – Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
ADÃO VILLAVERDE – Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
SOFIA CAVEDON – Presidenta da Câmara Municipal de Porto Alegre.
RAUL PONT – Representante da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Participação Legislativa Popular da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
JOSÉ PAULO DORNELLES CAIROLI – Presidente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul – FEDERASUL.
MARCELO LEMOS DORNELLES – Subprocurador-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual.
CELSO WOYCIECHOWSKI – Presidente da CUT do Rio Grande do Sul.
GETÚLIO VARGAS JÚNIOR – Representante da Confederação Nacional de Associações de Moradores – CONAM.
LÉLIO FALCÃO – Representante da Força Sindical do Rio Grande do Sul.
CLÁUDIA PRATES – Representante pela Marcha Mundial das Mulheres.
ELIANE PACHECO – Representante da União Nacional dos Estudantes – UNE.
NELSON PILLA – Representante do Movimento Parlamentarista Brasileiro.

SUMÁRIO: Debate acerca da Reforma Política.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça e Constituição de Participação Legislativa e Popular, em parceria com a Câmara dos Deputados, por intermédio da Comissão Especial de Reforma Política,
Há falha na gravação.

A SRA. APRESENTADORA (Liliana Cardoso) - Senhoras e senhores, bom dia.

Neste momento, damos início ao debate sobre a reforma política, atividade integrante do Programa Destinos e Ações para o Rio Grande do Sul.

Este evento é promovido pela Assembleia Legislativa do Estado, por intermédio do Gabinete da Presidência, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e Constituição de Participação Legislativa e Popular, em parceria com a Câmara dos Deputados, por intermédio da Comissão Especial de Reforma Política, que está levando o debate a todas as regiões do País, com o objetivo de ouvir a opinião da sociedade civil sobre o tema.

Durante este encontro, as instituições também poderão entregar à Comissão suas propostas por escrito.

Prestigiam este encontro:

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Adão Villaverde; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia; Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado, Beto Grill; Exmos. Srs. Deputados Federais integrantes da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados — Presidente, Deputado Almeida Lima; Relator, Deputado Henrique Fontana; titulares, Deputado Alceu Moreira; Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Vereadora Sofia Cavedon; Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, Deputado Edson Brum; Exmo. Sr. Representante da Comissão de Participação Legislativa Popular da Assembleia Legislativa, Deputado Daniel Bordignon.

Também prestigiam este encontro:

Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça no Estado, Dr. Marcelo Lemos Dornelles; Exmo. Sr. Subdefensor Público no Estado, Dr. Nilton Leonel Arnecke Maria; Exmo. Sr. Presidente em exercício do Tribunal de Contas no Estado, Conselheiro Cezar Miola; Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputados Federais Manuela d'Ávila, Coordenadora da Bancada Federal gaúcha, Luiz Noé, José Stédile, Ronaldo Nogueira e Ronaldo Zulke; Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputados Estaduais, Raul Pont, Presidente Estadual do PT; Zilá Breitenbach; Ana Affonso; Pedro Westphalen e Luis Lauermann; Alceu Barbosa Velho, Edegar Pretto e Jeferson Fernandes;

Exmos. Srs. Secretários de Estado — Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, Afonso Motta; Sra. Secretária de Estado Adjunta de Políticas para as Mulheres no Rio Grande do Sul, Catherine Topper; Srs. Vereadores de Porto Alegre, Sebastião Melo, Adeli Sell, Carlos Comassetto, Mauro Pinheiro, Elói Guimarães, Presidente Metropolitano do PTB; Sras. e Srs. Presidentes e Representantes de entidades: FEDERASUL, José Paulo Dornelles Cairoli; FEGAM, Gilberto Perroni; UVERGS, Paulo Rogério Miranda; FECOMÉRCIO, Nelson Lídio Nunes; SENGE, José Luiz Azambuja; AJURIS, Dr. João Ricardo dos Santos Costa; Força Sindical, Lélio Falcão; CUT/RS, Celso Woyciechowski; Sras. e Srs. Presidentes e Representantes de Órgãos Públicos: CORSAN, Arnaldo Luiz Dutra; Sras. e Srs. Presidentes de Partidos Políticos, PMDB, ex-Deputado Ibsen Pinheiro; PTB Metropolitano, Elói Guimarães; Sras. e Srs. Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais e Vereadores.

Saudamos também a presença do Deputado Estadual Cassiá Carpes.

Senhoras e senhores representantes da imprensa, senhoras e senhores, informamos que esta atividade terá a seguinte dinâmica: saudação de abertura do Presidente da Comissão Especial de Reforma Política; da Presidenta da Câmara Municipal de Porto Alegre; do Vice-Governador do Estado; do Presidente da Assembleia Legislativa, e do Presidente da Câmara dos Deputados.

Após, fala de 5 minutos de duração do representante da Comissão de Participação Legislativa Popular da Assembleia Legislativa, do representante da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa e do Relator da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados.

Na sequência iniciam-se as falas dos inscritos, com duração de 4 minutos, como segue: FEDERASUL e Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, Ministério Público no Rio Grande do Sul, CUT/RS, FIERGS, CONAM, FEGAM, Força Sindical, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CGTB, Marcha das Mulheres, UNE, OAB/RS, Movimento Parlamentarista Brasileiro, FAMURS e UVERGS.

As contribuições por escrito devem ser entregues à Sra. Margarete, que se encontra de blusa lilás ao fundo.

Após, a palavra retorna ao Relator da Comissão Especial de Reforma Política, o Deputado Federal Henrique Fontana, para a conclusão.

Convidamos para fazer uso da palavra o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Marco Maia.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Marco Maia) - Como eu nunca fui Deputado Estadual, Deputado Adão Villaverde, é uma honra falar desta tribuna.

Bom dia a todos e a todas.

Senhoras e senhores, uma saudação especial ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Adão Villaverde. Ao saudá-lo, saúdo todos os Deputados Estaduais e Deputadas Estaduais presentes.

Saúdo o Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado, Beto Grill, e ao saudá-lo, saúdo todas as autoridades estaduais, secretários, funcionários públicos e outros.

Saúdo a Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Vereadora Sofia Cavedon, e ao saudá-la saúdo também todos os Vereadores e Vereadoras presentes.

Saúdo os Deputados Edson Brum e Daniel Bordignon, que aqui representam a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Participação Legislativa e Popular da Assembleia Legislativa.

Saúdo ainda os nossos Deputados Federais Almeida Lima, Presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados responsável por discutir e debater a reforma política; Alceu Moreira, membro da Comissão; Henrique Fontana, Relator da Comissão Especial da Reforma Política.

Saúdo também os nossos queridos Deputados Luiz Noé, José Stédile, Ronaldo Nogueira, Ronaldo Zulke e Manuela d'Ávila, nossa Coordenadora da Bancada Federal até a próxima quinta-feira, quando assumirá o Deputado Paulo Pimenta. Ao saudá-los, saúdo todos e todas.

É com muita satisfação, Deputado Adão Villaverde, que realizamos em parceria, inserindo o Estado do Rio Grande do Sul, propiciado neste momento por V.Exa., a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e a Câmara Federal, este debate em torno da reforma política.

É satisfação porque o Rio Grande do Sul é o Estado mais politizado e não apenas isso, mas também o Estado cujos temas da política se revestem de uma importância maior.

Portanto, fazer a discussão sobre a reforma política no Rio Grande do Sul nos enche de orgulho e satisfação. Primeiro, porque não tenho dúvida nenhuma de que daqui, Deputado Ibsen Pinheiro, sairão contribuições inestimáveis para este debate. Daqui sairão, sem dúvida nenhuma, propostas que serão incorporadas ao relatório final da Comissão Especial que trata deste tema na Câmara dos Deputados.

Mas também porque aqui vamos, mais uma vez, reafirmar a necessidade premente que temos de dar ao País uma nova estrutura política que seja capaz de dialogar com os novos tempos que estamos vivenciando.

Se é verdade que de um lado nós avançamos enormemente nas questões sociais no Brasil, se é verdade que nós, a duras penas, conquistamos uma estabilidade econômica que nos dá condições de continuar acreditando que o País é e será, cada vez mais, uma nação independente social e economicamente, com um processo de crescimento e desenvolvimento econômico capaz de distribuir renda e de melhorar efetivamente a qualidade de vida das pessoas, dos homens e das mulheres, enfim, dos cidadãos brasileiros, por outro lado, é importante e necessário que a estrutura política brasileira seja capaz de avançar na mesma direção, com a mesma velocidade, dando as condições para que se possa efetivamente fazer com que a política seja cada vez mais transparente, esteja cada vez mais próxima do cidadão e se transforme num instrumento de fortalecimento das instituições democráticas brasileiras.

Por isso que este tema da reforma política, neste momento em que estamos vivenciando no Brasil, transforma-se e é tão importante. A política no Brasil precisa estar adequada e mais próxima das transformações e das mudanças que nós temos vivenciado. É por isso que esta reforma política é tão importante e tão necessária e deve transformar-se num debate permanente no nosso País nos próximos meses.

Nós, Deputados Almeida Lima e Henrique Fontana, temos uma tarefa enorme nos próximos dias, nas próximas semanas e nos próximos meses. Todos nós muitas vezes nos colocamos de forma cética em relação às possibilidades que temos de aprovar ou de produzir mudanças na estrutura política brasileira.

Eu não me coloco nem ao lado dos mais otimistas, daqueles que dizem que é possível produzir uma reforma ampla e irrestrita, com transformações e mudanças grandes ou profundas na estrutura política brasileira, nem ao lado dos pessimistas que duvidam da capacidade dos homens responsáveis pela construção e pelas transformações da política neste País produzirem alterações e mudanças que dialoguem com o novo perfil para a estrutura política brasileira.

Eu sou daqueles que acreditam que é possível e perfeitamente factível se produzir acordos e consensos que dialoguem, de forma efetiva, com a Constituição sobre mudanças da estrutura política brasileira, que aproximem os partidos políticos da sociedade, que deem mais transparência a essa estrutura e que seja capaz de aproximá-la de forma decisiva dos anseios maiores da sociedade brasileira.

Por isso nós estamos realizando esses seminários pelo Brasil, exatamente por acreditar que é possível, sim, produzir essas mudanças e essas transformações. Este debate aqui tem o caráter de poder ouvir a sociedade, de poder ouvir as entidades, de poder aproximar os cidadãos e de contribuir para a construção dos consensos e dos acordos necessários para a votação desta matéria na Câmara Federal.

É óbvio que não é uma tarefa fácil ou simples. É óbvio que nós temos diferenças e questões que envolvem este debate de alta complexidade, mas é óbvio também que nós precisamos fazer o debate de forma desprovida apenas das questões políticas, olhando para o futuro e para a necessidade da mudança da estrutura política do nosso País.

Eu ouvi este final de semana o nosso querido Vice-Presidente Michel Temer, que foi Presidente da Câmara dos Deputados, demonstrando uma certa preocupação em relação ao debate da reforma política. Eu quero aproveitar esta oportunidade para dizer a V.Exas. que as preocupações do Vice-Presidente Michel Temer são verdadeiras. O debate não é fácil, é complexo, mas, ao mesmo tempo, é preciso ressaltar que hoje, dentro do Parlamento brasileiro, há compreensão e acordo sobre diversos temas relacionados à reforma política que começam a ser constituídos enquanto matérias consensuais dentro da Casa.

Quanto ao tema do financiamento público das campanhas, hoje nós já temos um grau de debate e discussão que nos permite avaliar que a maioria já concorda com essa proposta.

Quanto ao o fim das coligações, na semana passada nós tivemos uma vitória no STF, quando se determinou que, para a posse dos suplentes desta Legislatura, nós vamos respeitar o critério das coligações que foram orientadoras das eleições no ano de 2010. Além disso, nós ficamos com o desafio de acabar com as coligações proporcionais no Brasil. E hoje nós já podemos afirmar que há um entendimento por parte da maioria do Parlamento brasileiro da necessidade de alterar as coligações. Nós temos também hoje uma realidade muito próxima de se consensuar alterações no funcionamento da suplência no Senado, por exemplo. Estamos trabalhando para construir um consenso sobre a coincidência das eleições.

Portanto, em muitas das questões que permeiam o debate sobre a reforma política, nós já estamos percebendo a possibilidade de se avançar na sua aprovação, no seu debate e na sua discussão, é claro que sempre ouvindo a sociedade brasileira.

O Vice-Presidente Michel Temer fez uma afirmação, talvez no calor do debate, mas, na minha avaliação, hoje isso não dialoga com o espírito que nós estamos construindo, trabalhando e tratando dentro da Câmara dos Deputados, exatamente no sentido de possibilitar e buscar os acordos e os consensos que nos possibilitem alterar a estrutura política brasileira.

Concluindo, portanto, quero aqui combater, de um lado, a ideia dos otimistas, que acham fácil o debate e acham que tudo está resolvido, mas, ao mesmo tempo, quero combater também a ideia dos pessimistas, que não acreditam na possibilidade de nós produzirmos uma alteração significativa da estrutura política brasileira.

Nós vamos continuar trabalhando, ouvindo, debatendo com as entidades representativas da sociedade brasileira e construindo os acordos e os consensos necessários que viabilizem a mudança na estrutura política brasileira.

Parabéns, Deputado Adão Villaverde, por esta parceria constituída entre a Assembleia Legislativa e a Câmara dos Deputados, no sentido de buscar novos caminhos para o Rio Grande.

Parabéns à nossa Comissão, que se tem dedicado a construir os acordos e os consensos necessários.

Parabéns à sociedade brasileira, que sabe e entende as mudanças e as transformações que nós precisamos produzir na estrutura política do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA - Saudamos a presença dos Deputados Estaduais Alexandre Postal, João Fischer e Jurandir Maciel; também saudamos a presença do Secretário de Estado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Marcelo Danéris.

Com a palavra o Sr. Presidente da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados, Deputado Almeida Lima.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, nobre Deputado Adão Villaverde, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Federal, Deputado Marco Maia, Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado, Beto Grill, autoridades aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, é uma grata satisfação, uma honra pessoal, estar nesta convivência política, para buscar, através do debate, o aprimoramento das nossas instituições democráticas.

Pelos nossos erros e acertos, durante a nossa história de brasileiros e brasileiras, com toda certeza, acumulamos muita massa crítica. Acredito até que mais pelos erros, entre todos os instrumentos de convivência social e política, de relacionamento social e político entre as pessoas, os cidadãos e o Estado, com muita certeza, a democracia ainda é o melhor deles.

Para os céticos, os pessimistas, uma lembrança: nós não nos encontramos neste quadrante da vida brasileira no caos institucional. Por que tanto ceticismo? Por que tanto pessimismo? É evidente que nós não estamos trabalhando para uma nova ordem política. Não se deseja derrubar tudo que aí está para que uma nova ordem seja edificada. Como disse e repito, acumulamos massa crítica ao longo da nossa história. Se este momento não é primoroso, nem tudo que temos como instrumentos de um Estado Democrático é para se colocar na lata do lixo. Portanto, o que nós estamos defendendo é uma reforma política para o Brasil.

Convivemos ainda hoje com instrumentos de antes do Estado Novo, instrumentos que não têm dado certo, não têm tido o apoio popular. E essas distorções têm levado os atores da política, a classe política, também por essas razões, ao descrédito.

O nosso dever, enquanto classe política e sociedade, é fortalecer a democracia, atendendo sobretudo não apenas ao princípio que se diz constitucional, mas atendendo sobretudo ao princípio basilar da democracia, aquele que diz que o poder emana do povo. Não se pode pretender o fortalecimento da democracia esquecendo-se desse princípio basilar.

Portanto, nenhuma sugestão, nenhuma ideia, embora todas sejam bem-vindas — e isso é próprio do debate, da dialética —, poderá servir para essa reforma, se vier apequenar a participação popular do processo eleitoral, do processo das decisões. Do contrário, nós continuaremos a não ter dirigentes com a legitimidade popular que todos nós desejamos para caracterizar o que chamamos de democracia indireta.

E vou mais além: é preciso o aprofundamento das instituições democráticas não apenas para fazer valer esse princípio que se refere em parte à democracia representativa, mas para que a democracia possa se dar efetivamente de forma mais grandiosa, a democracia direta, através dos institutos próprios, com a diminuição dos requisitos que se exigem para a convocação de um plebiscito, de um referendo, a diminuição, nobre Presidente Marco Maia, dos requisitos necessários que prevalecem hoje para a iniciativa popular de leis, mas que possamos estabelecer o instituto do *recall* ou revogação de mandatos.

Tudo isso é para respeitar a vontade do povo, aprimorar a democracia, legitimar o processo, transformar de fato esse instrumento naquilo que nós desejamos e procuramos construir.

Portanto, as minhas palavras são de otimismo. Faço essa observação aos descrentes. Nós já andamos muito, cometemos muitos erros, mas cometemos muitos acertos. E este acúmulo nos garante um estágio promissor após a conclusão dessa reforma. Se valerá para 2012, ótimo. É isso que eu particularmente defendo. Se não houver tempo para atender ao princípio da anualidade estabelecida no art. 14 da Constituição Federal, a vida não vai acabar em 2012, nós teremos as eleições

futuras. Mas o que precisamos, com toda a certeza, é do fortalecimento da democracia, fortalecendo da opinião do povo.

Muitos falam, como eu, no fortalecimento dos partidos políticos, não esquecendo que partido é parte de um conjunto. Mas não se pode estabelecer o fortalecimento do partido político em detrimento do cidadão, do eleitor, do povo. Aprendemos mal em nosso País, antes de identificarmos o erro, as suas causas, apresentarmos soluções, e isso da forma mais variada possível e em diversos setores da sociedade.

Estamos agora a ouvir o Presidente do Supremo Tribunal Federal pretender aplicar as decisões judicias, concluído o processo nos Tribunais de segunda instância, como se eliminando o grau superior e a Corte Constitucional. Esta é uma solução que visa consertar um erro sem antes procurar saber quais são as causas que levam ao acúmulo de processos, sem a sugestão, a proposta de alternativas para resolver o problema enquanto problema lá na raiz.

Será que uma Constituição, Sr. Presidente Marco Maia, enxuta, em vez de normativa, principiológica, não seria o caso para não se abarrotar o Supremo Tribunal Federal de processos? Todo litígio hoje pode ir à Suprema Corte, porque está previsto na Constituição!

Quando a Constituição prevê que no Parlamento nacional projetos tenham tramitação e sejam definidos, deliberados nas Comissões com efeito terminativo, sem irem ao plenário, sem se ouvir toda a Nação, a exemplo do Senado, projetos terminativos numa Comissão, onde não se encontra a participação de todos os Estados, isso para diminuir o acúmulo, por que não se pensar em mudar o art. 22 da Constituição Federal, que dispõe que à União cabe legislar sobre tudo e transformar o nosso País numa Federação, como está estabelecido no art. 1º da Constituição Federal? Por que buscar essas alternativas que não ferem a questão no seu âmago, dados esses dois exemplos — e temos inúmeros?

Eu concluo dizendo que fortalecer partidos, sim, mas em detrimento do eleitor, não. Fortalece-se partido pela construção de um programa partidário voltado para os interesses sociais; fortalece-se partido pela fidelidade partidária; fortalece-se partido pelo fechamento de questão no Parlamento em obediência ao programa partidário, mas não dá para fortalecer partido tirando do eleitor o direito de votar.

Portanto, essa é a mensagem que deixo, não entrando em profundidade no mérito pelas posições que tenho, que os meus pares já conhecem. Que saiamos do Rio Grande do Sul com uma grande contribuição para esse processo de construção que visa o fortalecimento das instituições democráticas do nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA - Neste momento, agradecemos a presença do Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Marco Maia, que terá que se retirar por motivos de agenda em Brasília. *(Pausa.)*

Fará uso da palavra o Sr. Vice-Governador do Estado, Beto Grill.

O SR. BETO GRILL - Senhoras e senhores, quero cumprimentar o Deputado Adão Villaverde, Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, os Deputados integrantes da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara Federal, o Presidente Deputado Almeida Lima, o Relator, Deputado Henrique Fontana, e também o Deputado Alceu Moreira, titular desta Comissão. Saúdo a Vereadora Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, o Deputado Edson Brum, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, o Deputado Daniel Bordignon, representando a Comissão de Participação Legislativa Popular desta Assembleia.

Quero fazer uma breve saudação a todas as autoridades e instituições, cidadãos e cidadãs que estão aqui para participar deste momento importante.

Em nome do Governador do Estado, Tarso Genro, quero reafirmar a importância dessas ações realizadas em conjunto pela Assembleia Legislativa e pela Câmara Federal. É mais um movimento desta Casa Legislativa, entre tantos outros, seguindo nesse processo de discussões importantes próprias do Legislativo, de maneira muito importante, Presidente Villaverde, no dia de hoje, quando se abre esse espaço para se debater esse assunto importante da reforma política.

Neste mesmo dia, teremos ainda mais, à noite, a participação do Sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que vem também elevar o debate e trazer a sua contribuição de quem tem o olhar de fora para dentro com outro viés.

Dentro desse contexto dos destinos e ações para o Rio Grande, é pertinente, oportuno e indispensável que se avance também na questão do nosso sistema político. Estamos num momento francamente favorável, no qual as instituições

brasileiras se fortalecem. Existe um processo democrático com liberdade de expressão, uma economia estável, enfim, um momento adequado para que se possa, com vontade política, criar esse ambiente, essa disposição da sociedade para fazer essa discussão.

Portanto, é louvável, merece registro e cumprimentos a ação da Câmara Federal que adota uma posição proativa, indutora, que vem percorrer o País para propiciar este debate. É evidente que este tema tem as suas dificuldades, pois são interesses, vontades e visões diferenciadas, mas que precisam ser debatidas e aprofundadas, porque nós vivemos num contínuo processo de aperfeiçoamento dessas regras que fazem a mediação dos interesses e do convívio entre as pessoas.

Registro os cumprimentos do Governo do Estado, na certeza de que nós vamos poder avançar. Quanto se vai conseguir, vamos ver no desenvolvimento dos debates, da possibilidade e da capacidade que temos de fazer uma concertação, fazer acordos. Mas, seguramente, se nós olharmos para o passado, examinarmos agora o nosso momento político e institucional, vamos ter muito ânimo para trabalhar esses avanços indispensáveis para a vida pública brasileira e para a nossa estrutura política.

Portanto, cumprimento o Deputado Adão, os Deputados gaúchos, a nossa bancada federal, que está aqui, os membros da Comissão. A todos desejo um bom trabalho.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA - Registramos também a presença do Exmo. Sr. Deputado Estadual Gilmar Sossella e do Exmo. Sr. Deputado Federal Onyx Lorenzoni.

Com a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Adão Villaverde.

O SR. ADÃO VILLAVERDE - Bom dia a todos! Quero agradecer a presença de todos que vieram aqui a esta Casa, nesta segunda-feira pela manhã. Dirijo-me às autoridades aqui presentes e peço permissão, em função do avançado da hora, para que eu possa saudar o nosso Vice-Governador, Beto Grill, o Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, que esteve aqui conosco, o Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, Deputado Almeida Lima, e a nossa Presidente da

Câmara Municipal, Sofia Cavedon, em nome dos quais a todos estendo esta saudação.

Peço permissão para que possamos acelerar o nosso debate, que eu tenho certeza de que será muito importante.

Saúdo também os Deputados e as Deputadas da Casa, nossos Deputados e Deputadas Federais que estão aqui conosco, dirigentes partidários, entidades.

Quero dizer para vocês duas palavras. Eu achei que o Deputado Postal estava aqui, mas antes eu vi que era o Fernando, que estava sentado atrás dele. Eu fiquei na dúvida. Agora estão os dois aqui, e eu posso saudar o Postal. *(Riso.)*

Então eu queria, pessoal, em nome da Casa, dizer que é uma honra enorme nós podermos realizar mais este debate aqui, pela importância, pelo significado que tem e porque, se há um tema que hoje é incontornável, com toda a dificuldade, a complexidade e os limites, nós sabemos que este é o tema da reforma política.

Nós não podemos evidentemente criar ilusões, mas não podemos ceder ante um tema que é o modelo de estruturação político-partidária eleitoral que temos hoje em nosso País e que está em defasagem em relação a um conjunto de avanços que o Brasil teve no último período. A estrutura política, institucional, eleitoral, está em defasagem em relação a um conjunto de outros avanços no último período que nós tivemos.

Portanto, esta Casa, em parceria com a Câmara Federal, em parceria com a bancada gaúcha, em parceria com os nossos Vereadores e Vereadoras da Capital, com a nossa Comissão Especial, presidida pelo Deputado Almeida Lima, que tem como Relator o nosso companheiro Henrique Fontana, e a presença forte de Deputados e Deputadas do Estado do Rio Grande do Sul, a Assembleia Legislativa não poderia ficar indiferente diante deste tema. Tínhamos sobretudo a obrigação, e a estamos concretizando, de dar também esse *start* aqui no Estado do Rio Grande do Sul, a partir de debates anteriores que já tivemos com a presença da nossa Comissão Especial.

Para finalizar, quero dizer a todos que este é um dos objetivos inclusive da nossa Legislatura. Nós aqui na Casa estamos num esforço muito grande, como todos sabem. Temos um processo de comando da Casa através das Presidências. Continuaremos alternando de ano em ano as Presidências, mas temos um grande

acordo aqui na Casa, Presidente Almeida Lima. Nós queremos recolocar a Assembleia Legislativa no centro dos grandes debates, dos grandes temas e das grandes questões que dizem respeito ao futuro e à vida de cada cidadão e cidadã gaúchos. Esse é o compromisso assumido pelo Deputado Sossella, que presidirá esta Casa no último ano, pelo Deputado Pedro Westphalen, que a presidirá no terceiro ano, e pelo Deputado Postal, que nos sucederá no próximo ano.

Os grandes temas, os grandes debates e as grandes discussões que dizem respeito ao Rio Grande têm que ter como caixa de ressonância também esse espaço político-institucional e outros espaços de representação, como as nossas Câmaras, a nossa Câmara de Vereadores e a Câmara Federal.

É muito importante este evento para nós hoje. Vamos debater um conjunto de temas que vão da política, como este que faremos hoje à noite, que vai debater questões de caráter filosófico e até sociológico do nosso tempo e da época que nós estamos vivendo.

Nós sabemos que as relações em sociedade avançaram muito fortemente nos últimos anos, os avanços científicos, tecnológicos, enfim, os avanços da humanidade são enormes, mas é muito importante não renunciarmos alguns valores que o Iluminismo nos deixou como herança. Por isso debater temas como a questão da intolerância é fundamental na sociedade, principalmente na época e na era em que nós vivemos, quando as grandes questões de caráter político e filosófico precisam ser resgatadas e atualizadas do ponto de vista do futuro da humanidade que todos nós queremos.

Quero dizer que para nós é uma honra. Bem-vindos a esta Casa, à nossa Comissão e às nossas parcerias. Esperamos também, a partir daqui, contribuir para este grande e necessário debate no sentido de não podermos mais tangenciar a necessária e a importante reforma política que este País precisa realizar.

Bom dia a todos, bem-vindos e muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA - Registramos as presenças do Exmo. Sr. Deputado Estadual Altemir Tortelli e da Exma. Sra. Deputada Estadual Miriam Marroni.

Fará uso da palavra a Sra. Presidenta da Câmara Municipal de Porto Alegre, Vereadora Sofia Cavedon.

A SRA. SOFIA CAVEDON - Cumprimento o Presidente da Assembleia, Deputado Villaverde, o Vice-Governador Beto Grill e todas as autoridades. Quero saudar este momento do debate político. Creio que é uma resposta que a sociedade anseia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a evolução no sistema político brasileiro. O fortalecimento e o avanço da nossa democracia dependem disso.

Marilena Chauí, quando analisava o tema da corrupção no Brasil, dizia que nós confiamos excessivamente na virtuosidade das pessoas para garantir a virtuosidade das instituições. E ela afirmava que nós temos que fazer o inverso. Eu quero fazer uma relação com o voto soberano do cidadão. A soberania, numa democracia, é do povo. E o povo não pode contar e confiar apenas em indivíduos para que o seu poder e a sua vontade expressa no voto sejam garantidos e respeitados. Ele tem que aprender — e nós todos temos que aprender — a confiar nas instituições.

A meu ver, essa é a grande tarefa da reforma política. E uma instituição essencial para a democracia, para o debate democrático, são os partidos políticos. Todavia, eles estão desacreditados neste País, Presidente. Estão desacreditados pelas inúmeras coligações, pelas inúmeras posições quando votam. E, quanto mais descrédito têm os partidos, mais pragmático, mais volátil, mais fragmentado será o voto do cidadão, mais descolado de projeto para o País, de ideia de sociedade.

Portanto, eu acho que esse é um grande desafio: o fortalecimento do partido e a retomada da sua confiança; a ideia de avançar e de o voto ser num projeto e não apenas em indivíduos e em personalidades.

Eu quero fazer uma provocação que acho que é muito interessante neste momento. Quando nós avançamos no reconhecimento da união homoafetiva no Judiciário, nós perguntamos: por que não avançou na Câmara Federal e no Senado? E por que nós não enxergamos, na verdade, com nitidez, que partido é a favor e que partido é contra? Será que, se os partidos tivessem que responder de forma consistente e para a população, enquanto partidos, não haveria avanço? Será que não haveria mais condições de a sociedade entender por que não ocorre avanço?

E o último ponto, com o qual finalizo, é em relação à representação das mulheres. Sei que a Marcha Mundial de Mulheres falará depois. O País tem mais de 50% de sua população formada por mulheres e, em média, 10% em termos de representação parlamentar. Essa dívida histórica com a população de mulheres brasileiras tem que estar na nossa pauta, no nosso debate, não só para que ela supere a sua condição de submissão neste País em relação aos homens, a sua fragilização, mas para que ela aprenda a ocupar o espaço de poder, a fim de que as mulheres se empoderem, exercendo o espaço de poder. Portanto, nós defendemos, sim, a lista meio a meio, 50% homens, 50% mulheres. Esse será um avanço fundamental para a democracia.

Eu quero fechar dizendo que a Assembleia Legislativa está de parabéns por trazer este debate, Deputado Villaverde. No Município de Porto Alegre, nós estamos com um fórum, e aqui cito as presenças dos Vereadores Sebastião Melo e Adeli Sell. Temos outros Vereadores aqui presentes: Comassetto e Elói Guimarães. Os partidos do Município de Porto Alegre estão debatendo, num fórum, a reforma política, encharcando de debate este País, porque nós sabemos que só a mobilização fará de fato a nossa democracia avançar.

Então, parabéns e que essa escuta e esse debate nas regiões impliquem, de fato, no empoderamento da vontade popular. Por fim, quero dizer, Henrique Fontana, que nós estamos muito orgulhosos de tu seres o Relator dessa reforma. Tenho certeza de que fará toda a diferença.

Um abraço e bom debate para todos nós.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA - Convidamos a fazer uso da palavra o Sr. Deputado Raul Pont, que falará em nome da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Participação Legislativa Popular da Assembleia Legislativa.

O SR. RAUL PONT - Sr. Presidente da Assembleia, Relatores da Câmara Federal, quero saudar os demais membros da Mesa já nominados, todos os nossos Prefeitos, Vereadores e Deputados presentes a este debate, cidadãos e cidadãs e dirigentes sindicais que acompanham este tema.

Designado pelo Presidente Brum para expressar aqui algumas questões que nós já traduzimos e debatemos aqui na Casa sobre o tema, chamo a atenção dos

senhores para o fato de que a Constituição de 1988, considerada uma Constituição Cidadã e que tantos avanços trouxe para o nosso País no campo dos direitos sociais, no campo dos direitos individuais e das prerrogativas individuais, nesse aspecto do sistema político, partidário e eleitoral, não alterou praticamente nada. Nós mantivemos e herdamos quase todo o período anterior, com exceção do bipartidarismo, mas o sistema eleitoral, a composição institucional das Casas, a Câmara e o Senado, tiveram apenas uma pequena mudança, com a alteração do teto para 70 Deputados ao máximo por Estado e garantia de um mínimo de 8 Deputados para os menores Estados.

Ora, esse sistema hoje é bastante contestado. Em alguns aspectos, do ponto de vista da própria Constituição, como estamos debatendo aqui, apenas questões eleitorais, questões que dependem de maioria simples na Casa, não alteram a Constituição, mas também são mais factíveis e possíveis de serem alcançadas. Outras questões nós entendemos que são extremamente difíceis de ser modificadas. Mas, apenas para ilustrar, isso não pode estar fora do nosso debate permanente sobre a nossa democracia.

Se nós observarmos o sistema atual de composição do Senado, que passou e foi ratificado pela última Constituição, verificaremos que o Senado praticamente não é mais uma Casa Federativa ou uma mera Casa Revisora. Hoje, ele vota praticamente tudo que vota a Câmara, ainda que as pessoas cheguem ali por critérios completamente diferentes e representem outra situação: uns, a cidadania; outros, o caráter federativo da República. Mas, se se vota a mesma coisa, é evidente que isso dá um poder que pode ter distorções profundas.

Se nós pegarmos os 14 menores Estados, que correspondem a 42 Senadores, veremos que apenas estas 14 menores unidades correspondem a 16% da população. Com 16% da população, digamos que haja uma representação mais conservadora desses Estados menores, e uma coisa tem muita ligação com a outra. Nós temos uma possibilidade de veto, de paralisia, de trancar todo o processo legislativo do País ou impedir que matérias aprovadas na Câmara passem no Senado.

Se nós pegarmos a representação na Câmara, também encontraremos situações contraditórias. A Constituição diz que o voto é igual para todos. Mas ao

estabelecer, no art. 45, que existe piso e teto, estabelece-se uma profunda e brutal distorção.

Vejam os senhores: os dez menores Estados, somados, elegem 80 Deputados e têm uma população de apenas 18 milhões de habitantes. São Paulo, com 41 milhões de habitantes, elege apenas 70 Deputados. Como, então, o voto é igual para todos? Nós estamos diante de uma situação que demonstra que ainda não alcançamos a revolução francesa. A idéia de que um cidadão é igual a um voto não foi atingida, não foi alcançada.

Vejam que essas questões são extremamente difíceis de serem alteradas. Concordamos que, quando a Câmara e o Senado buscam focar numa reforma eleitoral, nós aqui, na Assembleia, ainda que não tenhamos a mesma posição sobre todos os pontos... Mas o Deputado Alceu Moreira, quando na Presidência da Casa, coordenou uma Comissão representativa de todos os partidos, que tiverem contato com os Presidentes da Câmara e do Senado, em 2009, para que votássemos a matéria. Nós aqui não tínhamos identidade em todos os pontos, mas queríamos que alguma coisa fosse votada, que se avançasse no processo.

Este é o apelo que gostaria de deixar aqui, e certamente falo em nome de toda a Casa. Nós esperamos que este foco voltado neste momento, tanto no Senado como na Câmara, para mudanças de lei ordinária, do sistema eleitoral, para o debate sobre o financiamento público de campanha ou a lista partidária fechada, com maior participação proporcional das mulheres ou uma combinação disso... Já se discute na imprensa a possibilidade de isso se combinar com algum grau de lista indicada diretamente pelo eleitor. Mas que essas questões, junto com o fim das coligações proporcionais... Essa é outra contradição, com um sistema que já é proporcional. Como é possível termos um sistema proporcional e permitir, ao mesmo tempo, uma coligação proporcional nas legendas, distorcendo o voto, criando situações completamente incoerentes na relação do voto com o resultado do desejo do eleitor?

Então, se esses pontos forem buscados, junto com a fidelidade partidária, temos certeza de que daremos um passo muito grande no sentido de consolidar e fortalecer o nosso sistema político, eleitoral e partidário.

Portanto, Srs. Deputados Federais, representantes da Comissão, que façamos todos um grande movimento, um grande mutirão, para votarmos ainda este ano esses elementos dependentes de leis ordinárias, dependentes de situações de fácil consenso ou de maiorias no Congresso, para que possamos fazer, na eleição municipal do ano que vem, um primeiro teste de um novo sistema eleitoral e de representação partidária no País.

São essas as considerações que gostaríamos de deixar aqui consignadas, em nome das nossas Comissões e certamente em nome da maioria ou da totalidade dos Deputados que querem que algum avanço, alguma mudança, aconteça imediatamente no nosso sistema eleitoral.

Obrigado. (*Palmas*.)

A SRA. APRESENTADORA (Liliana Cardoso) - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Deputados Federais Vieira da Cunha e Marcon.

Passamos a palavra ao Sr. Relator da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Henrique Fontana.

O SR. ADÃO VILLAVERDE - Informamos o nosso público, Deputados e Deputadas presentes, que daremos alguns minutos a mais ao Deputado Henrique Fontana, porque também solicitamos à Comissão Especial que S.Exa. fizesse uma explanação quanto ao estágio, ao alcance em que está o debate no âmbito da Comissão e ao processo de discussões aberto pela Comissão, que passa por este nosso encontro hoje no Legislativo gaúcho e por várias audiências públicas como esta que serão realizadas pelo País. Então, pedimos aos participantes do evento esta permissão.

Deputado, a tribuna está à sua disposição. Sinta-se à vontade e em casa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Presidente. Inicio cumprimentando V.Exa., um grande amigo e companheiro de jornada política, que, para nossa honra, hoje preside a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; o Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Beto Grill, que realiza um trabalho importantíssimo ao lado do Governador Tarso Genro, que só não está aqui conosco porque cumpre um compromisso em São Paulo; o Presidente Marco Maia, que já se retirou; o meu colega e coordenador da nossa Comissão, que nos dá a honra de estar aqui no Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Almeida Lima.

Há pouco dizia ao Presidente, e com esta frase apresento a todos os senhores a minha convicção: não vamos encerrar esta Comissão Especial sem proporcionar ao País um sistema político melhor do que o atual. Ideal, provavelmente não será, até porque cada um de nós ou cada agremiação política tem na sua cabeça a ideia de um sistema político ideal; e no Parlamento, na democracia, temos que ter a capacidade de compor maiorias para aprovar matérias e efetivamente mudar a vida das pessoas.

Meu papel como Relator será muito mais do que afirmar minhas próprias posições — inclusive, afirmarei algumas nesta breve fala —, será de trabalhar junto com o Presidente para compor maiorias que nos permitam votar e aprovar um sistema político melhor do que o atual.

Quero cumprimentar meu colega Deputado Alceu Moreira, que compõe a Comissão como titular e todos os colegas Deputados: Ronaldo Zulke, Luiz Noé, Ronaldo Nogueira, Manuela D'ávila, José Stédile, Onyx, Vieira da Cunha e Marcon. Comprimento também os Deputados Estaduais Edson Brum, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e Daniel Bordignon; todas as lideranças empresariais do mundo do trabalho e líderes sindicais que aqui estão; lideranças de movimentos sociais, profissionais de imprensa.

Como falava há pouco, eu tenho uma enorme convicção sobre a importância estrutural que tem para a democracia do nosso País a mudança do sistema político, porque aqui estamos falando da reforma de todas as reformas; a reforma que vai fortalecer a democracia brasileira; a reforma que vai ampliar a credibilidade da política; a reforma que pode melhorar a política, que pode constituir governos, seja no Executivo, seja no Legislativo, com um grau maior de independência e com uma relação de maior credibilidade e proximidade com aqueles que nós representamos na política.

Para fazer uma reforma, é preciso ter foco. Para fazer uma reforma, é preciso fazer as escolhas possíveis, sem perder a ousadia de tencionar os limites do possível.

Se aqui descrevesse 15 assuntos que eu pretenderia eventualmente colocar no relatório que vamos apresentar em conjunto, seguramente estaria dando o primeiro passo para inviabilizar a votação da reforma. Para cada ponto que

colocamos na alteração do sistema político encontramos um grupo de oposição. Se permitirmos que a cada ponto some um grupo de oposição, teremos uma maioria que não tem proposta de mudança e que fica com a proposta do continua como está.

Não podemos, de forma alguma, permitir que isso ocorra nesta quadra da história brasileira.

Nós podemos e devemos mudar o sistema político em questões essenciais, Presidente. Começo destacando as duas que, sob meu ponto de vista, são as mais estruturais e que abrem um conjunto de outras mudanças que qualificarão enormemente a política do nosso País.

A primeira delas: coibir, ao limite do possível, a participação e a influência do poder econômico na democracia; transformar a democracia num espaço efetivo de igualdade de oportunidades, no qual todo e qualquer cidadão tenha os mesmo direitos de sonhar em um dia exercer um mandato parlamentar, ser Prefeito, Governador ou Presidente da República.

Para isso, Vice-Governador Beto Grill, não existe meia palavra. Nós precisamos ser transparentes com a sociedade brasileira e explicar as qualidades e o impacto positivo que terá o financiamento público exclusivo da democracia brasileira, com fortíssima redução nos custos de campanha. Precisamos eleger cada vez mais Vereadores, Deputados, Prefeitos, Governadores e Presidentes a partir das ideias, dos programas, da história de vida dessas pessoas e não do poder econômico que eventualmente possa financiar campanhas cada vez mais caras.

Outro dia, ouvi na Comissão que uma campanha para Deputado Federal em São Paulo, uma das campanhas mais caras — em outros lugares também seria assim —, custa o que custava a campanha de um candidato a Governador há 12 ou 16 anos.

Então, nessa corrida em que o fator econômico passa a ser o determinante, vamos para um sistema político que cairá no impasse. Como podemos votar, Presidente Adão Villaverde, para coexistir um sistema de votação capaz de garantir um sistema de financiamento público exclusivo?

Na Câmara Federal e aqui no Estado do Rio Grande do Sul é público que defendo a votação em lista, mas sei que é preciso encontrar mediações para viabilizar a aprovação da reforma.

Defendo sempre, na estruturação da lista, democracia plena dentro dos partidos, com voto secreto, para estabelecer essas listas. Mas sei que o Brasil vem de uma cultura enorme do chamado voto individual.

E aproveito para fazer um outro parênteses, que, na minha opinião, é o segundo grande problema da política brasileira: uma política de personalidades. Nós precisamos definir se queremos — como disse o Ministro Nelson Jobim, na sessão realizada na última quinta-feira, na Câmara dos Deputados — uma democracia de indivíduos ou uma democracia de projetos e partidos que representem esses projetos. Se os partidos têm problemas, vamos corrigir esses problemas para fortalecer e oxigenar os partidos. Mas não se faz democracia sem o seu alicerce, que é a organização de todos nós em torno de projetos que se consolidam em torno dos partidos.

Portanto, Deputado Onyx, nós, que partilhamos a ideia do voto em lista — e eu chamo propositalmente, para destacar como Parlamentares que têm posição diferente do ponto de vista do espectro programático podem convergir em temas —, entendemos que hoje a mediação possível e de muita qualidade é um sistema que fortaleça o voto do eleitor, dando-lhe o direito de dois votos quando for escolher o seu Deputado ou Deputada Federal e o seu Deputado ou Deputada Estadual.

Então, na urna eletrônica, nesse sistema proporcional misto com direito a dois votos, o eleitor vota primeiro na lista, no partido e no programa que defende e, a seguir, escolhe qual o Deputado ou a Deputada da sua preferência. Da soma desses dois blocos de votos, o partido A faz 1 milhão de votos programáticos na sua lista e os Deputados e Deputadas que concorrem pelo partido A fazem 1 milhão e 200 mil votos. Este partido fez 2 milhões e 200 mil votos; se isso for 20% dos votos do Estado, ele elege 20% da Assembleia Legislativa; por hipótese, dez Deputados Estaduais, cinco são os cinco primeiros da lista e cinco são os cinco Deputados mais votados nesse voto nominal.

E as campanhas, nesse caso, são feitas de forma coletiva pelo partido, e nós encerramos aquele período de gastos milionários, para encher os Estados de

cartazes e placas com foto, número e nome de candidatos que deixam o eleitor numa circunstância praticamente impossível de fiscalizar, inclusive, o voto que vai dar. As pesquisas mostram que, 120 dias depois da eleição, 70% dos eleitores não sabem mais em quem votou para o Parlamento.

Rapidamente, agora, Sr. Presidente, quero falar de alguns temas, para concluir em 5 minutos. Não quer dizer que colocarei no relatório todos esses temas, porque vamos estudar, em conjunto com o Sr. Presidente e os colegas, até o último minuto, quais os pontos que realmente compõem possibilidade real de maioria. E não será possível colocar alguns pontos, sob pena de inviabilizar a votação e de que ela não ocorra e continuemos com este sistema atual, que é absolutamente distorcido.

Mas é preciso que se fale do fim das coligações, para dar nitidez ao voto do eleitor. Que este fim das coligações se acompanhe com o fim do quociente eleitoral para o chamado cálculo das sobras. Por exemplo, numa circunstância como essa, às vezes, um partido com 30 mil votos de sobra elege um Deputado Federal e um outro partido com 180 mil votos, que não atingiu os 200 mil do quociente, não elege o seu Deputado Federal mais votado.

Temos que conviver com a federação de partidos, com coligações de fato que perdurem, se for uma coligação séria, os 4 anos de um mandato.

Quinto: precisamos ampliar as formas de participação da sociedade, como disse o Presidente Almeida Lima, facilitando projetos de iniciativa popular, facilitando plebiscitos, facilitando referendos. Evidentemente, não vulgarizando esses processos de participação popular, mas garantindo um espaço maior para a democracia direta, o que seguramente vai qualificar e ampliar o papel da democracia representativa.

Precisamos, sim, debater sobre as ações afirmativas no sentido de ampliar o espaço da mulher na política brasileira. Nós temos hoje 513 Deputados Federais, sendo 43 mulheres que estão entre esses 513 Deputados Federais. É uma diferença muito grande, o que mostra uma cultura que precisa de uma ação afirmativa para vencer um peso de uma cultura passada.

Digo aqui, com clareza, inclusive correndo o risco de contrariar algumas posições, que não é possível colocar no relatório, neste momento, uma posição

paritária, sob pena de não haver nenhuma viabilidade de votar esse relatório no plenário da Câmara.

Eu sou um Relator que quer me esforçar junto com os colegas para aprovar uma reforma política. Não quero fazer uma tese acadêmica sobre a reforma política ideal, por mais importante que seja uma tese acadêmica sobre a política. Eu sou Deputado, eu estou no Parlamento, eu quero uma política melhor, e eu quero abrir uma negociação efetiva para aprovar essa reforma e garantir um sistema político maior.

Penso numa hipótese altamente transformadora para o Senado, em que os partidos coloquem como número 1 das suas listas partidárias o seu candidato a Senador.

Então, por exemplo, aqui no Rio Grande do Sul, o número 1 na lista do PT na disputa do Parlamento nacional seria o Senador Paulo Paim. O número 1 na lista do PMDB seria o ex-Governador Rigotto; o número 1 na lista do PP seria a Senadora Ana Amélia. Disputam a eleição proporcional dois partidos, se estão em disputa duas vagas. Os que forem mais votados na eleição proporcional conquistam as vagas de Senador: o número 1 da sua lista é o Senador e o número 2 é o suplente, terminando com o critério de suplências da forma como existe hoje. E aquele que, eventualmente, como foi o caso do ex-Governador Rigotto na última eleição, concorre por um partido que foi o terceiro partido em votação, é Deputado Federal, porque está concorrendo à eleição para o Legislativo nacional e não conquistou a vaga de Senador.

Para encerrar mais rapidamente, Presidente, quero, sim, uma cláusula democrática, mas assumo aqui, Deputado Vieira da Cunha, que não é possível plebiscitar um sistema político antes da sua adoção. Nós temos que assumir a nossa responsabilidade como Parlamento: debater, construir uma maioria, votar um novo sistema político, exercê-lo e experimentá-lo por duas eleições, e a partir daí, sim, chamar um plebiscito geral para que a sociedade diga se prefere o sistema político anterior ou o que foi testado nas duas últimas eleições.

O volume de temas que nós temos para debater impede inclusive a própria execução de uma lista de perguntas, seria um debate interminável dentro do Parlamento.

Por fim — não exatamente por fim, porque eu teria outros temas a abordar, mas tenho de terminar em função do tempo de que disponho —, entendo a coincidência de eleições como uma alternativa. Não a coincidência de todas as eleições no mesmo dia, porque isso, no meu ponto de vista, terminaria por asfixiar o debate da eleição municipal. Mas nós aproximarmos as duas eleições e, como em muitos países, fazermos as duas no mesmo ano, com 3 ou 4 meses de diferença entre uma e outra. Essa pode ser uma alternativa para que, depois, esses governos que se constituíram tenham um período de mandato em que não haja, no meio do período, um outro processo eleitoral.

Encerro dizendo que essas sugestões e ideias são reflexões até este momento. Eu, como Relator, estou aberto para ouvir todos os setores da sociedade, para conversar com todos os partidos políticos, com todas as direções partidárias e me comprometo a levar para o meu relatório, um relatório de mudanças possíveis, que faça da política brasileira uma política melhor. É dessa política que nasce uma democracia mais sólida. É dessa política melhor que nasce uma vida melhor para o povo brasileiro. É dessa política que nascem escolas melhores ou piores, empregos melhores ou piores, condições de vida melhores ou piores.

Por isso, o ano é este, a hora é agora. Precisamos colocar a sociedade mobilizada para fazer a reforma neste ano, porque este é o ano mais adequado para que tenhamos um resultado que, como eu disse, possa melhorar a política brasileira. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Liliana Cardoso) - Registramos a presença do Exmo. Sr. Deputado Estadual Lucas Redecker.

Agradecemos a presença ao Dr. Diógenes Ribeiro, Vice-Presidente de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados Brasileiros.

A partir deste momento, daremos início aos pronunciamentos a partir das inscrições, obedecendo ao limite de 4 minutos para cada orador. Pedimos aos oradores que usem a tribuna.

Convidamos para fazer uso da palavra o Presidente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul — FEDERASUL e da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil — CACB, José Paulo Dornelles Cairoli.

O SR. JOSÉ PAULO DORNELLES CAIROLI - Bom dia a todos. Primeiramente, eu gostaria de saudar o Presidente Adão Villaverde, e na sua pessoa saúdo também todos os Deputados Estaduais; saúdo o nosso Vice-Governador Beto Grill, e na sua pessoa saúdo todos os Secretários e o Executivo Estadual; saúdo o Presidente da Comissão da Reforma Política, Deputado Almeida Lima, e o Relator, Deputado Henrique Fontana. Depois da sua intervenção, Deputado Henrique Fontana, saio mais otimista, acreditando que efetivamente vamos ter algum avanço.

Gostaria de iniciar esta pequena intervenção destacando duas palavras: satisfação e preocupação; satisfação pela iniciativa da nossa Assembleia em propor mais uma vez este debate e preocupação com a possibilidade de que mais uma vez a reforma política não saia do papel.

Em janeiro de 2007, estivemos aqui nesta mesma Casa discutindo o mesmo tema, e infelizmente pouco se avançou desde então. Na sexta-feira, o Vice-Presidente Michel Temer alertou para a possibilidade de a reforma política não sair. Isso nos preocupa.

Eu gostaria que se levasse ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, a ideia de que fazer essa reforma o colocará de maneira definitiva nas galerias dos mais importantes condutores do Congresso, como o Deputado Ibsen Pinheiro. Confiamos muito na sua disposição, atitude e capacidade política para fazer a reforma sair do papel.

Em nossa história recente, podemos perceber grandes avanços em muitas áreas importantes no Brasil. Na esfera política, nosso País conquistou uma democracia estável em sua dimensão mais essencial: a disputa pelo voto livre, a alternância pacífica dos partidos nos governos em todos os níveis, o respeito às regras do jogo.

Há, por certo, muitas imperfeições na política brasileira, mas superamos uma longa tradição autoritária, experimentamos o ciclo democrático mais longo da nossa história, e não há no horizonte nenhum sinal de retrocesso ou de abalo institucional. Apesar das imperfeições, a democracia é muito valiosa para nós.

Na esfera econômica, ainda existem grandes barreiras para o desenvolvimento de um mercado livre e de uma economia moderna. Mas mesmo

assim, hoje na economia brasileira existem menos monopólios, menos intervencionismo, mais abertura do que há 20 anos. Nossa economia é mais moderna, estável e sólida. Esse é outro avanço importante.

Como esses, eu poderia citar inúmeros outros avanços, como a liberdade de informação, a Lei de Responsabilidade Fiscal, os mecanismos de controle dos gastos do dinheiro público, entre tantas outras mudanças importantes.

Em todo esse período, em meio a essas mudanças, a reforma política pouco avançou. Para que ela seja possível, é preciso romper a resistência corporativa mais forte, que é o corporativismo do próprio sistema político. Para vencer esse corporativismo, precisamos de apoio social e de dirigentes decididos a fazê-la no Palácio do Planalto e no Congresso.

Para nós, existem alguns itens que são de especial importância: o problema do custo da democracia, a questão da corrupção e a possibilidade de a sociedade efetivamente acompanhar e cobrar coerência dos Parlamentares que elege.

Essas três questões estão intimamente ligadas. Quando a democracia exacerba seus custos, a corrupção se torna um problema sistêmico.

Quero me fazer bem claro quando falo no custo da democracia. Compartilho da tese de que a mais cara das democracias custa menos que a mais barata das ditaduras. Aliás, os regimes mais tirânicos são, não por acaso, os mais corruptos, frutos da concentração de poder nas mãos de poucos e da ausência de controle da sociedade sobre os governantes.

Dito isso, parece-me ser possível, nos marcos de uma democracia, estabelecer uma maior racionalidade entre competição eleitoral e seus custos. A sociedade brasileira e os agentes empresariais que patrocinam os processos eleitorais, através de impostos ou de contribuições diretas, não comportam mais, a cada 2 anos, gastos com campanhas eleitorais da magnitude que temos no Brasil.

A lógica da competição nominal é cara demais, e a dispersão dessa competição gera mandatos que representam um eleitor difuso numa grande extensão territorial. Assim, a autonomia do Parlamentar em relação ao eleitor acaba sendo maior.

Acreditamos que a combinação do voto em lista com o voto distrital — o modelo distrital misto —, pelo qual o eleitor vota em uma lista partidária e em um

Deputado do seu distrito, terá como efeito benéfico racionalizar as campanhas sob o ponto de vista político e financeiro, fortalecer a importância das siglas partidárias e aproximar o cidadão do Parlamentar que representa seu distrito.

Mas se queremos avançar de fato no combate à corrupção, não podemos nos contentar com o voto distrital misto, nem mesmo com o financiamento exclusivo de campanha. Aliás, no nosso ponto de vista, o fim das doações ocultas, combinado com incentivos fiscais e prêmios à transparência da doação privada, seja de empresa ou de indivíduo, pode ser mais eficiente que o financiamento público exclusivo.

Para combater a corrupção, é preciso atacar outros problemas, acabar com as emendas individuais dos Parlamentares, que, como muito propriamente afirmou o Vice-Presidente Michel Temer, aprisionam o Parlamentar em uma rede de clientelismo.

É preciso que a taxa de ocupação político-partidária do Estado diminua. Não há o menor sentido em que uma diretoria de compras de uma estatal como os Correios, por exemplo, ou postos de direção em bancos públicos sejam ocupados a partir de indicação de um partido político. Diminuir o número de cargos de confiança capazes de servir aos Governos com competência e honestidade, independentemente dos partidos, é também um procedimento que diminui os espaços para a corrupção.

Esse, senhoras e senhores, é um conjunto de medidas simples, possíveis, e que podem mudar a nossa democracia para melhor.

É essa a nossa visão, Srs. Deputados, Presidente Marco Maia, Deputado Adão Villaverde.

Como Presidente da FEDERASUL e da CACB, reafirmo que o nosso setor tem responsabilidade não só com os seus negócios, mas com o Brasil, por isso apoia e está disposto a se mobilizar para que, finalmente, a reforma política saia do papel.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Liliana Cardoso) - Saudamos a presença do Exmo. Sr. Deputado Estadual José Sperotto, Vice-Presidente desta Casa.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Deputado Federal Alceu Moreira, titular da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Senhoras e senhores, bom dia. É uma alegria retornar a esta tribuna. Saúdo o Presidente dos trabalhos; o Deputado Sperotto; o nosso Beto Grill, Vice-Governador; o meu querido amigo Almeida Lima, Presidente da Comissão de Reforma Política — estarei com S.Exa. na sexta-feira, em sua Aracaju, fazendo um debate político no Nordeste; meu amigo Deputado Fontana, Relator da matéria, que está desempenhando o seu trabalho com maestria; Deputado Estadual Edson Brum, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que dá o encaminhamento interno deste debate nesta Casa; e todas as autoridades presentes.

Quero começar tratando de algumas questões que, a meu juízo, aprofundam a discussão. Não estamos fazendo o debate da reforma política; estamos apenas discutindo o cabeçalho do texto, o chamado sistema eleitoral. É só o que está em debate.

Reforma política é algo muito mais profundo. Mexeria com desenho de Estado, prerrogativa de Poderes, modificação de termos constitucionais. E não estamos fazendo isso. Aliás, no sistema eleitoral, naquilo que impacta em modificação constitucional, as PECs, teremos que fazer uma tramitação paralela. Só podemos trabalhar no que pode ser feito por legislação ordinária. Para aprovar uma PEC, temos de ter um *quorum* de três quintos; não conseguiríamos e a reforma política poderia parar nisso.

Então, vamos ter dois processos. Embora sejam absolutamente necessários, um trabalha com a modificação constitucional e as PECs e o outro trabalha com a legislação ordinária, que pode ser aprovada por maioria.

É melhor, para sabermos como eleger, respondermos a duas perguntas: a reforma política, ou reforma do sistema eleitoral, é para que e para quem? Se respondermos a essas perguntas, ficará mais fácil trabalhar a partir daí.

Vamos estabelecer o seguinte: se tivéssemos o voto em lista, eu, por exemplo, do PMDB, e os meus companheiros do partido precisaríamos ter um projeto pedagógico para o Rio Grande do Sul diferente do DEM, do PDT e do PT! Eu precisaria ter um projeto! Eu precisaria dizer às pessoas que o meu partido se

transformaria em um laboratório de formulação de políticas públicas. Eu precisaria mostrar para as pessoas qual seria a solução de vida para cuja transformação o meu partido serviria de ferramenta. Eu não poderia mais ter o discurso massa mole, homogêneo, todo igual, para agradar à freguesia da hora. Não poderia fazê-lo. Quais seriam os meus projetos para segurança pública, meio ambiente e saúde? Como eu faria para tratar dessas questões? Eu só precisaria definir isso.

Logo, se fizermos o voto em lista, começaremos a estabelecer que partidos políticos têm ideias diferentes, e será preciso trabalhar isso no texto da campanha eleitoral. Assim, o partido assume compromissos e elege uma ideia, que, se vencedora, vai para o Governo e tem que ser instalada para gerir a ideia que venceu.

Se tivermos o voto em lista, como se comportará o Deputado eleito pela lista no Congresso? Primeiro, não será um filhote das emendas, não terá que se submeter a coisa nenhuma. Não interessa se o Governo está mal ou bem humorado. Voto a favor ou contra o trem-bala porque vou querer votar, e não porque vou perder as emendas do dia futuro; tenho independência. Voto a favor ou contra qualquer coisa não pela empresa que me financiou, mas pela minha consciência. Por que a empresa não me financiou? Porque pertenço à lista. Por que a empresa iria financiar a lista?

Alguém diria, imediatamente: *"Mas o cacique é quem vai indicar a lista"*. Primeiro, se ele indicar, o povo não é obrigado a eleger a lista dele; e, segundo, se eu quiser fazer o mecanismo interno, digo no partido que ele elege em lista plúrima. E só se elegerá na lista o mais votado entre os filiados, e cada um deles terá direito a votar em 5 candidatos, para evitar a compra. Então, para cada porta aberta à corrupção, podemos colocar uma tranca na lei para modificar.

Há algum sistema perfeito? Nenhum. Todos têm argumentações contrárias, profundas e verdadeiras — todos. Devemos escolher o de menor risco. A relação que estamos fazendo é a de menor risco, e, se é assim, vamos trancando as portas. Assim é que se pode fazer.

Vamos estabelecer o seguinte, para que o financiamento... E me perguntam imediatamente, meu querido Relator: *"Se estabelecerem o financiamento público e exclusivo, que é o primeiro texto a ser votado, a corrupção vai acabar?"* Posso fazer

a mesma pergunta ao cidadão que cuida do presídio. O local é feito para que nenhum preso escape. Eles não escapam? Escapam, não tenham dúvida disso. O edifício tem guarda, alarmes de todo o tipo. E não é arrombado? É.

Trabalhamos sempre com a lei do menor risco, mas temos que trabalhar. Logo, a meu juízo, o financiamento público e exclusivo de campanha é o primeiro texto. Votado e aprovado, só teremos 3 possibilidades: voto de lista fechada, voto distrital misto, embora de modelos distintos, ou voto distrital clássico. Só há os três; não há 4, 5 ou 6, porque o resto são arranjos que se podem fazer, deixando janelas para o processo.

Em que já temos consenso hoje, a meu juízo? De vez em quando, confundimos, o Aurélio não foi bem claro. O que é consenso e o que é unanimidade? Consenso não é unanimidade, mas já temos consenso sobre coligação proporcional. A história de votar no DEM e eleger o PCdoB, ou vice-versa, acaba.

Como os partidos pequenos vão fazer? Vão desaparecer? Não! Eles se constituem em federações por identidade ideológica e se comportam como fração de poder parlamentar por 4 anos, com fidelidade à federação. E fechamos outra porta, sem excluir nenhum dos pequenos. Mas as legendas de aluguel, que só servem de suporte para fazer maiorias quando lhes interessa, que são muito mais pontos comerciais do que legendas e, assim, não devem existir, têm que acabar mesmo; não há por que estarem lá.

Quero deixar claro que, para todas as situações, há solução. Estou muito otimista, meu Presidente, com relação ao debate — muito otimista! Aliás, estou em casa. Adoro o que faço. Estou fazendo um debate no Brasil inteiro com relação à reforma política, e ficaria muito feliz se a fôrma de eleger Deputados desse um produto político capaz de ser a formulação da solução de vida para as pessoas na Câmara Federal; que os Deputados tivessem autonomia e identidade com o seu pensamento; que utilizassem seus partidos como ferramenta de transformação da sociedade; que pudessem se diferir dos outros por ser melhor, e não essa massa homogênea, que deve ser igual apenas para agradar a qualquer público.

Queremos a reforma, e quem a quer deseja modificação. Teremos a modificação, talvez em uma profundidade não tão grande como se queria. Teremos,

certamente, a coincidência de mandatos, o fim das coligações, outra forma de eleger os suplentes no Senado, outro modelo de eleição, não tenham dúvidas disso. Estamos caminhando rapidamente para isso, em um sistema absolutamente democrático, com audiências públicas que faremos no Brasil inteiro, algumas na Câmara Federal.

Meu Presidente Almeida Lima e meu Relator, tenho absoluta convicção de que estamos construindo o que é possível. Entre o café amargo e o açúcar doce, que sejamos a média. O relatório deve ser aquilo que transita no Congresso Nacional, mas certamente muito melhor que o que temos hoje.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Liliana Cardoso) - Convidamos para fazer uso da palavra, pelo Ministério Público Estadual, o Sr. Subprocurador-Geral de Justiça Marcelo Lemos Dornelles.

O SR. MARCELO LEMOS DORNELLES - Bom dia a todos. Inicialmente quero saudar o Presidente desta Casa, Deputado Adão Villaverde, e o Vice-Governador Beto Grill, e na pessoa dessas autoridades saúdo todos os Deputados Federais e Estaduais, instituições, comunidade e cidadãos do Rio Grande do Sul.

Pelo Ministério Público, eu gostaria de registrar que o nosso papel é a defesa da ordem jurídica e do regime democrático. Nossos instrumentos de trabalho são a Constituição Federal, o Código Eleitoral, as leis de inelegibilidade.

O que mais velamos nas é exatamente a preservação de alguns princípios, como a igualdade, a moralidade, a legitimidade, a liberdade e o sigilo do voto.

Cumprimento esta Casa, Sr. Deputado Villaverde, por promover debate desta magnitude, desta importância. Devo dizer-lhe que, se tivéssemos de eleger, diante de tantos pontos, de tantas questões, o fator mais importante, sem dúvida, escolheríamos o financiamento público exclusivo de campanha.

Deputado Henrique Fontana, fiquei muito, muito feliz com a sua fala.

O ponto nodal para nós é o financiamento público de campanha. O financiamento privado, na nossa visão, tem elevado o custo das campanhas. A cada eleição, o custo dos mandatos se eleva sobremaneira.

A sociedade tem dificuldade em compreender o quanto custa um mandato parlamentar, o quanto custa um mandato de Governador ou de Prefeito. E os gastos nas campanhas eleitorais são quase inexplicáveis.

Em virtude disso, surge caixa dois, corrupção, abuso de poder econômico, etc. Para nós, há um vínculo muito claro entre direcionamento de licitações, obras superfaturadas e políticas públicas que por vezes não trazem tanto interesse público.

Portanto, o nosso registro é no sentido de que temos confiança nos senhores. A energia e a disposição despendidas no enfrentamento dessa questão nos dão a expectativa de que, especialmente por meio do desempenho dos Deputados gaúchos, avançaremos e ainda este ano, teremos condições de aprovar pelo menos uma parte da reforma política, que será tão importante para esta Nação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Sofia Cavedon) - Convidamos a fazer uso da palavra o Sr. Celso Woyciechowski, Presidente da CUT-RS.

O SR. CELSO WOYCIECHOWSKI - Saúdo o Presidente Adão Villaverde e, por seu intermédio, as autoridades já nominadas no protocolo.

Faço uma saudação especial aos trabalhadores e trabalhadores telefônicos, que estão em greve por melhores condições de trabalho, por melhores condições de vida e por dignidade e que estão aqui desde o dia 29, dialogando e buscando solução para essa greve.

Neste rápido pronunciamento, quero trazer algumas preocupações em relação à importância da reforma política sobre a qual dialogamos.

Para nós, só tem sentido dialogar e construir uma reforma política se esta for para aprimorar a democracia no País. Para isso. precisamos logicamente fortalecer as nossas instituições. Para além do debate eleitoral sobre o sistema político, precisamos discutir e dialogar sobre a reforma do sistema eleitoral, democracia participativa, democracia representativa. Portanto, para que a democracia seja estruturante em nosso País, não podemos passar por uma reforma política sem afirmar, por exemplo, o referendo com um dos elementos norteadores para que o povo posso decidir sobre temas relevantes para a Nação, a exemplo da reforma agrária, do sistema de saúde, do sistema de educacional, das comunicações e do

sistema previdenciário. Esses são elementos estruturantes da democracia, são elementos estruturantes para os movimentos sociais e para o conjunto daqueles que mais precisam do Estado, como ente orientador da sociedade.

A emenda popular é outro tema que precisa ser muito fortemente abordado no debate da reforma política.

Para termos uma emenda popular hoje precisamos de 1,5 milhão de assinaturas, mas um Deputado se elege no Rio Grande do Sul com 40 mil, 50 mil votos. Esse desequilíbrio é extremamente desfavorável para a democracia.

Sr. Deputado Henrique Fontana, outros temas extremamente importante precisam ser aqui debatidos. Não adianta dialogar sobre voto em lista e sobre o atual sistema de votação, sem termos presente o tema reeleição de Deputados e Deputada, ou seja, sem estabelecermos o número de vezes em que os Deputados podem se reeleger. Não adianta dialogarmos sobre um ou outro tema, se não tivermos isso com clareza. Sem isso, não vamos aprimorar a democracia.

Dificilmente os que ficarem no final da lista chegarão às primeiras ou segundas posições se não tivermos esse tema muito bem colocado.

Outro elemento sobre o qual devemos dialogar é a emenda parlamentar, aqui já abordado. Se vamos dialogar sobre reforma política, por que não dialogamos sobre o papéis do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Por que não caminhamos para um Congresso unicameral?

São essas questões que a sociedade tem pontuado.

Para finalizar, devo dizer que são muitos os elementos apresentados — e hoje foram aqui suscitados vários pontos de dificuldades, de questionamentos, de vícios apresentados. Será que o atual Congresso tem condições de fazer uma reforma política com esses moldes, com essa questão estruturante para a democracia do País, ou não seria talvez importante termos um Congresso com um fim único e específico com tempo determinado para fazer a reforma política no País?

São os pontos que pretendia trazer à reflexão. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Sofia Cavedon) - Registramos a presença do excelentíssimo Sr. Deputado Federal Nelson Marchezan Júnior.

Convidamos a fazer uso da palavra, pela CONAM, o Sr. Getúlio Vargas Júnior.

O SR. GETÚLIO VARGAS JÚNIOR - Deputado Adão Villaverde, Sr. Vice-Governador Beto Grill, Srs. Deputados Federais, demais autoridades presentes, em primeiro lugar a Confederação Nacional de Associações de Moradores — CONAM gostaria de agradecer a este Parlamento a oportunidade que, mais uma vez, traz à sociedade gaúcha de debater os grandes temas. Estamos fazendo isso com o pré-sal e outras questões importantes.

A reforma política, com certeza, é uma das seis reformas que o movimento comunitário do Brasil entende fundamentais para que o País possa dar um grande salto de qualidade e melhorar a qualidade de vida do seu povo.

Nesse sentido, quando falamos da luta dos movimentos sociais — e estão aqui a CUT, a UNE, a Marcha Mundial de Mulheres, a CTB e outras entidades que, junto com a CONAM, têm construído a Central dos Movimentos Sociais — não podemos perder a luta histórica do povo brasileiro e dos seus movimentos pela democracia.

Este Parlamento é fruto dessa luta, Deputado Henrique Fontana. O Rio Grande do Sul sempre esteve à frente, por meio da sua Assembleia Legislativa e dos seus movimentos sociais, lutando pela democracia, defendendo os interesses do nosso povo.

Fiquei muito feliz com o relato que o senhor trouxe do que foi acumulado até agora, porque reafirma o que a CONAN já tem pensado. É preciso fortalecer os partidos políticos em detrimento do nosso sistema atual, que tem privilegiado o caciquismo, não a luta de ideias.

Também defendemos que a votação em lista é um instrumento fundamental para se reafirmar a democracia. E, quando se fala em votação em lista, é claro, que tudo isso tem que ser precedido do fortalecimento dos partidos, por meio de mecanismos que garantam que essa lista seja de fato feita de forma democrática e justa, para que todo e qualquer filiado, todo e qualquer cidadão que decida entrar num partido político, possa, respeitando os seus trâmites e um processo democrático, sim, ser candidato e, como o senhor falou, eleger-se Vereador, Prefeito, Governador do seu Estado.

Nesse sentido, o financiamento público das campanhas é fundamental. No último período, vimos muitas campanhas feitas simplesmente com base no poder

econômico. Impede-se, dessa forma, que mulheres, trabalhadores, militantes sociais tenham acesso ao Parlamento para representar as suas comunidades, representar a sociedade como um todo, e se vê somente os mesmos, muitas vezes calçados no poder econômico, os representantes de sempre.

Por fim, quero reafirmar a importância do instrumento das coligações. Coligação faz quem quer. A ninguém é imposto fazer coligação. A coligação é um instrumento democrático em que determinados partidos políticos organizados, que tenham cumprido todo o processo democrático de participação e que tenham um projeto comum para a cidade ou para o Estado, não precisem se digladiar entre si ou disputar entre si, mas que possam, juntos, como ocorre hoje, juntarem forças para apresentar aquele projeto para aquele espaço de poder. A coligação é a reafirmação da democracia.

Então, a CONAN se coloca à disposição dos senhores. Estamos agora fazendo o congresso nacional da entidade, com a participação de mais de 2 mil delegados de todo o País. Com certeza, vamos sair de lá com um documento para ser apresentado para a Comissão. Entendemos que somente com uma forte reforma política, que de fato mexa nas estruturas, vamos conseguir deixar de fazer apenas discursos e entrar na prática, incidindo na vida do nosso povo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Sofia Cavedon) - Convidamos para fazer uso da palavra, pela Força Sindical, Lélio Falcão.

O SR. LÉLIO FALCÃO - Bom dia a todos.

Saúdo o Presidente desta Casa desta Casa, o Deputado Adão Villaverde; o Deputado Federal Almeida Lima, Presidente da Comissão; o Prefeito Beto Grill, de São Lourenço do Sul, agora Governador do Estado; os Deputados Federais Henrique Fontana e Alceu Moreira, inclusive ex-Presidente desta Casa e com quem temos grande amizade, e os Deputados Estaduais, que ainda estão na Mesa, Edson Brum e Daniel Bordignon.

Na Força Sindical do Rio Grande do Sul — e o digo em nome do Sr. Cláudio Janta, que não pôde estar presente —, temos realmente apreensões muito grandes, porque a democracia brasileira apresentou avanços nos últimos anos, mas ainda existem graves distorções, e eu gostaria de citar as palavras do Deputado Alceu

Moreira, no sentido de que, na realidade, uma reforma política envolveria a mais ampla situação, e estamos aqui trabalhando praticamente, pelo que vimos, sobre a questão eleitoral. Mas a representatividade, seja de regiões ou Estados, não reflete a realidade nem populacional nem econômica das diversas regiões deste País, e isso nos parece que pode e deve ser o mais rapidamente possível resolvido.

Também os partidos políticos, que temos clareza de que não apresentam uma linha político-ideológica clara para a população, que não os identifica, estão extremamente fragilizados e, portanto, fragmentados ao sabor das mais diversas correntes.

O equilíbrio entre os Poderes também nos parece apresentar distorções. Tanto o Executivo, quanto o Legislativo e o Judiciário acabam se confundindo em algumas áreas.

Agradecemos ao Presidente da Assembleia esta oportunidade de dizer que a Força Sindical, muito breve, estará encaminhando formalmente, por intermédio do Presidente Cláudio Janta, suas manifestações, ponto a ponto, sobre esse tema.

Obrigado*. (Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Sofia Cavedon) - Convidamos para fazer uso da palavra, pela Marcha Mundial das Mulheres, a Sra. Cláudia Prates.

A SRA. CLÁUDIA PRATES - Bom dia a todas as mulheres e aos homens aqui presentes. Saúdo a Mesa e agradeço a oportunidade de fazer este debate, representando a sociedade civil no dia de hoje.

Nós, integrantes da Marcha Mundial de Mulheres, estamos trazendo aqui o olhar feminista sobre a reforma política. Uma ampliação real da participação política das mulheres nos marcos da radicalização da democracia, mesmo em seus limites representativos atuais, depende, em grande parte, de uma reforma política mais ampla, que abra caminho para que se altere o padrão excludente dos espaços de representação política.

A eleição em listas fechadas pré-ordenadas é o sistema que permite a efetividade de uma proposta de cotas, com proporção de 50%, alternando candidaturas de mulheres e homens. É preciso, no entanto, garantir que a regulamentação do sistema de votação não estabeleça outros empecilhos que acabem por burlar ou neutralizar o funcionamento das cotas. Por isso, é fundamental

desvendar antecipadamente possíveis rotas de desvio dos mecanismos propostos, para que sejam evitadas já na elaboração da sua regulamentação.

Ao mesmo tempo, é preciso investir na garantia da democracia interna dos partidos, a fim de que a lista partidária e a ampliação das candidaturas de mulheres não sejam transformadas em mecanismos de manipulação de poder de líderes partidários, incluindo-se aí Parlamentares, Prefeitos, Governadores, etc.

Diretamente ligada a esse ponto é a incidência do poder econômico sobre as definições políticas, o que é diretamente vinculado ao processo de financiamento partidário eleitoral. O financiamento público atua no sentido de desmercantilizar a política. A radicalização da democracia representativa exige ainda a alteração de vários outros aspectos, no sentido de fortalecer medidas de controle social e popular e de reduzir a mercantilização da representação política.

A reforma política colocada para o movimento de mulheres é o desafio de que a discussão não seja apenas o debate da ocupação de espaço ou de cotas. A bandeira da participação política das mulheres, da ampliação da presença das mulheres nos espaços de poder, é por vezes esvaziada de um sentido de mudança qualitativa das relações sociais de sexo. E, nesse âmbito, se autolimita e tende a priorizar um campo de alianças entre sujeitos políticos ou instituições muito pouco comprometidas com a construção da igualdade real: econômica, política e social.

Vincular a disputa de espaço a uma plataforma programática fortalece a dimensão do debate sobre a reforma política no sentido de alterar também relações sociais de dominação em seu âmbito mais amplo e expressar mudanças das relações sociais de sexo, das desigualdades de classe da sociedade, da discriminação étnico-racial, etc.

O debate sobre a ampliação da participação política das mulheres não pode estar desvinculado de uma plataforma feminista, sob pena de fortalecermos um campo de mulheres, que promove a redução de direitos já conquistados, que ataca a noção de autonomia efetiva das mulheres a todo momento.

A definição de estratégias nessa disputa não é linear e é, sem dúvida, um caminho permeado de contradições, o que não se concretizará nos marcos de uma democracia limitada, sem possibilidade de transformação efetiva das relações de desigualdade entre mulheres e homens.

A nossa luta é todo dia. Nós somos mulheres e não mercadoria.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Sofia Cavedon) - Convidamos para fazer uso da palavra, pela União Nacional dos Estudantes, a Sra. Eliane Pacheco.

A SRA. ELIANE PACHECO - Bom dia a todos os presentes.

Agradeço ao Deputado Adão Villaverde a oportunidade de os movimentos sociais, a sociedade civil, os trabalhadores e estudantes dialogarem com os Deputados e Vereadores sobre tema muito importante para o País: a reforma política.

Para a juventude, a reforma política é um dos temas mais caros entre as seis reformas prioritárias para o nosso movimento. Ao longo da história, os jovens tiveram um papel protagonista na conquista de avanços para a Nação. Muitos foram torturados, exilados, perderam a liberdade ou até foram mortos em nome da bandeira da liberdade democrática no nosso País. A nossa geração é herdeira dessas lutas. E, por isso, entendemos a reforma política necessária e como grande oportunidade de ampliar a democracia e a participação política do nosso povo.

A reforma política deve dar resposta a alguns gargalos, fortalecer a democracia e diminuir o peso do poder econômico na definição dos rumos do nosso País. Defendemos o financiamento público para as campanhas eleitorais como forma de dar condições mais igualitárias ao candidatos e tornar mais claras as distinções entre os projetos políticos apresentados.

Além disso, a proposta de financiamento público combate o estímulo à manutenção de apenas uma classe definindo os rumos do País, na medida em que faz um recorte econômico nas condições das campanhas eleitorais.

A forma de financiamento em vigor, que seria o financiamento privado, favorece a corrupção, além de atrelar muitos candidatos a interesses privados daqueles que financiam as campanhas.

Outro ponto fundamental dessa discussão é a ampliação da liberdade partidária e da conscientização do povo por meio de um sistema político que privilegie a discussão em torno de projetos e não de pessoas. O sistema atual omite essa discussão e faz com que o personalismo seja um dos principais definidores do voto do nosso povo. Por isso, o voto nas pessoas, em vez de voto no projeto,

confunde os eleitores e desestimula a fiscalização popular em torno das ações políticas desenvolvidas.

A adoção do sistema de voto em lista pré-ordenada estabelecida pelos partidos políticos estimula a conscientização do povo e o confronto de projetos e visões defendidas pelos partidos políticos, fortalecendo, assim, a participação popular. Por isso, combatemos com veemência o voto distrital.

A União Nacional dos Estudantes tem no fortalecimento da Nação uma das nossas principais marcas. O voto distrital rebaixaria o papel da defesa da Nação e fragmentaria o País. A luta pela unidade, pela identidade nacional, é também a luta pela soberania e pelo desenvolvimento do Brasil.

Esperamos que o Congresso Nacional e o povo brasileiro aproveitem esta oportunidade para encontrar soluções contundentes para os velhos problemas do nosso sistema eleitoral e da política brasileira. A juventude não se furtará de clarear o que está em jogo nesse processo e dará mais uma contribuição importante à história do nosso País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Sofia Cavedon) - Convidamos para fazer uso da palavra, pelo Movimento Parlamentarista Brasileiro, o Sr. Nelson Pila.

O SR. NELSON PILLA - Bom dia a todos.

Começo fazendo uma saudação ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Adão Villaverde; ao Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Beto Grill; ao Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, Deputado Almeida Lima; ao Relator da Comissão, Deputado Henrique Fontana; ao Deputado Estadual Edson Brum, aos outros Deputados Estaduais e demais autoridades presentes.

O Movimento Parlamentarista Brasileiro orgulha-se de, ao aceitar o honroso convite formulado pelo Presidente desta Casa Legislativa, poder contribuir com ideias para o grande debate sobre a reforma política, que, nesta manhã, estamos vivenciando. Parabenizamos o Presidente por esta louvável iniciativa de realizar, nesta Casa do povo, um debate que ficará registrado em nossa história, oportunizando à sociedade civil um debate cívico que valorizará nossa cidadania.

Para aqueles que não conhecem o Movimento Parlamentarista Brasileiro, peço licença ao Presidente para, em rápidas palavras, informar que é uma entidade civil, de natureza política e suprapartidária, de âmbito nacional, com sede e foro em Porto Alegre, tendo como objetivo principal estudar e promover o sistema parlamentar de governo, buscando influenciar a opinião pública e o Congresso Nacional no sentido de sua adoção.

Feito o registro, e aproveitando todas as ideias já aqui apresentadas sobre o espírito da reforma política, não poderíamos deixar de dar a nossa contribuição. Deixo bem esclarecido que o que vou pronunciar agora não vem a ser propriamente o pensamento do Movimento Parlamentarista Brasileiro. Por que razão? O que nós queremos aqui apresentar é a promoção que fizemos, em 2008 e 2009, nesta Casa Legislativa, em que realizamos um debate intitulado Fórum Permanente pela Reforma Política, na gestão do ex-Deputado Estadual, hoje Deputado Federal Alceu Moreira, que muito nos apoiou naquela ocasião.

Então, informo que os conferencistas daquela oportunidade, de âmbito estadual e federal, transmitiram suas experiências, suas análises e opiniões sobre temas muito relevantes. Citamos os conferencistas convidados, para que esta plateia possa julgar a qualidade daquele fórum: o hoje ex-Deputado Federal Ibsen Pinheiro, o ex-Senador e ex-Constituinte Alcides Saldanha, o ex-Deputado Federal e ex-Constituinte Victor Faccioni, o ex-Deputado Federal e ex-Constituinte Jarbas Lima, o Deputado Estadual e ex-Constituinte Raul Pont, o ex-Governador Germano Rigotto e o cientista político e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Cezar Saldanha.

Baseados, então, nos depoimentos desses ilustres palestrantes, destacamos a necessidade de contribuir ao atual debate com uma proposta de reforma institucional profunda do Estado brasileiro, em três eixos principais: reforma do sistema político, reforma partidária e reforma eleitoral.

Sobre a reforma do sistema político, a primeira ideia é valorizar a nossa democracia representativa, para que as iniciativas de lei sejam do Poder Legislativo, reduzindo a possibilidade de o Poder Executivo encaminhar medidas provisórias, garantindo, assim, ao Poder Legislativo o debate dos grandes temas nacionais.

A segunda ideia é reformar o Poder Executivo, separando as atribuições do Chefe de Estado, do Chefe de Governo e da administração pública. Nesse caso, compete ao Chefe de Estado representar a Nação brasileira na política internacional, garantindo a soberania e a segurança nacional, enquanto que, na política interna, desempenhará um papel de magistrado, propondo políticas públicas de longo prazo, de interesse nacional, assumindo a função de poder moderador, equilibrando a governabilidade do governo executivo, destacando-se como um árbitro nas disputas dos interesses partidários, tendo o papel de nomear o Chefe de Governo, que será escolhido entre o partido que alcançar maioria parlamentar para governar, bem como a atribuição de dissolver o Parlamento e convocar novas eleições.

Essa é a grande reforma, ao nosso juízo, que agilizará o processo político brasileiro, equilibrando a responsabilidade política, envolvendo dois Poderes — Legislativo e Executivo —, para agilizar a gestão da administração pública ao bem comum.

E, ao Chefe de Governo, compete apresentar seu plano de governo, que é submetido ao Parlamento, obtendo, assim, o voto de confiança para governar, gerenciando a máquina da administração pública.

Sobre a reforma partidária, há necessidade urgente de reduzir o número de partidos nacionais, para, no máximo, quatro ou cinco, não excluindo a possibilidade de manter partidos regionais. Qual seria a fórmula? Avaliar a tal cláusula de barreira, que, num primeiro momento, eleva o índice de desempenho eleitoral para ter acesso ao Parlamento. Com isso, haverá, naturalmente, interesses e possibilidades de fusão de partidos, que poderão fortalecer-se, revisando e atualizando seus programas partidários — as tais federações de partidos.

Com essas medidas, possivelmente teremos uma redução do número de partidos atuantes no Parlamento nacional.

Outra ideia é manter a fidelidade partidária, sem subterfúgios, porque os votos são do partido, não do candidato.

Sobre a reforma eleitoral, para melhorar a representatividade junto ao Parlamento, com a escolha dos mais qualificados candidatos, com a redução dos custos de campanha eleitoral, instituir, como já foi aqui abordado por outros conferencistas, o voto distrital, que, na nossa opinião, poderá ser o puro ou o misto.

Temos de avançar nessa direção, para que o eleitor esteja mais próximo do candidato, e futuramente, caso eleito esse representante, o eleitor possa acompanhar seu desempenho, cotejando as promessas de campanha.

A última ideia que apresentamos a este debate é no sentido de o eleitor deseja escolher seu candidato em uma lista aberta, não em uma lista fechada, em razão da possibilidade de a cúpula partidária não manter critérios democráticos na indicação dos seus candidatos, na lista fechada. É temeroso passar para a lista partidária fechada.

Sr. Presidente, para concluir, qual será o critério que o partido adotará para manter a lista fechada? Idade? Cargos já ocupados? Sua vida partidária? Ou amigo da cúpula? Como se dará a renovação nos quadros partidários? Será mais democrática que a lista aberta?

Agradeço a todos a atenção dispensada ao Movimento Parlamentarista Brasileiro e às contribuições que traz como pauta para futuros debates.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Sofia Cavedon) - Convidamos a fazer uso da palavra, pela União dos Vereadores do Rio Grande do Sul — UVERGS, o Sr. Paulo Rogério Miranda. *(Pausa.)*

De imediato, então, retornamos a palavra ao Sr. Relator da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Henrique Fontana, para a conclusão.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quero apenas agradecer a todas as entidades e lideranças que usaram a palavra as sugestões para a nossa reforma política.

Cumprimento mais uma vez o Presidente da Assembleia, Deputado Adão Villaverde; o Vice-Governador Beto Grill, e o Presidente da Comissão, Deputado Almeida Lima, a quem dou boas-vindas ao Rio Grande.

Vamos procurar levar em conta o maior número de sugestões possíveis, mas sempre levando em conta o fato de que este relatório precisa encontrar maioria dentro do Parlamento.

É evidente que podemos ter — apenas para dialogar com uma das preocupações aqui corretamente apresentada — a hipótese de termos, no futuro,

por exemplo, a ideia de uma Constituinte exclusivamente para o sistema político. Mas não é essa a pauta que estamos enfrentando neste momento. Ao contrário, se abrirmos mão da possibilidade de fazer uma mudança positiva, forte e possível, podemos cair naquilo que tem sido a circunstância dos últimos anos. Porque é muito comum ouvirmos críticas em relação a determinadas ideias de mudança no sistema político. E, normalmente, essas críticas não são acompanhadas de uma sugestão alternativa de como deveria funcionar o sistema político. O atual está dando claras demonstrações de sua limitação.

Então, o meu papel, na qualidade de Relator, é procurar trazer o maior número possível de mudanças que componham maioria no Parlamento e que melhorem o nosso sistema.

Insisto em que o alicerce, a pedra fundamental de uma nova política no País, sem dúvida nenhuma, é o financiamento público exclusivo com uma fortíssima redução dos custos de campanha. Não estou dizendo que isso substitua um conjunto de outros preocupações. Mas, por exemplo, quando queremos o acesso de determinados setores que hoje têm dificuldade de conquistar, por exemplo, espaço no Parlamento ou mesmo no Executivo, sem dúvida nenhuma, o financiamento público abrirá muitos espaços, porque hoje temos um conjunto de pessoas e setores que nem se aventuram mais a participar do processo democrático numa eleição.

Então, precisamos fazer a reforma — e esta audiência pública foi muito importante, porque precisamos da compreensão da sociedade. O maior inimigo de uma reforma é a ideia de reformar tudo ao mesmo tempo. Precisamos buscar maiorias, precisamos de mobilização social, da pressão da sociedade. E o nosso papel dentro do Parlamento, meu, do Presidente e de todos os Deputados que aqui estão é o de fazer uma negociação com altivez, com clareza, com transparência e oferecer à sociedade um relatório que signifique uma mudança efetiva na política brasileira.

Seguramente, muitas das coisas que nós ouvimos aqui hoje vão nos ajudar neste caminho.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA (Sofia Cavedon) - Convidamos neste momento o Sr. Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, Deputado Almeida Lima, a fazer o encerramento deste encontro.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Senhoras e senhores, nobre Deputado Adão Vilaverde, digno Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, quero, nestas palavras finais, fazer aqui um agradecimento a todas as senhoras e a todos os senhores pelo excelente trabalho que...*(falha na gravação)* construção de uma proposta de reforma política para o Brasil.

A Presidência da Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados sente-se agradecida e expressa esse seu sentimento a todos os gaúchos.

Deixo aqui o convite para, na próxima sexta-feira, fazerem-se presentes na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em Aracaju, ocasião em que estaremos dando continuidade a esse trabalho de ouvir o País, a sociedade, que, com certeza, dará uma contribuição enorme a esse processo.

Muito obrigado a todos *(Palmas.)*

O SR. ADÃO VILLAVERDE - Quero agradecer a todos a presença e também convidá-los para o debate que faremos hoje à noite com a participação do sociólogo e professor Boaventura de Sousa Santos, sobre um tema também importante, relevante para todos: a intolerância como elemento de violência e desagregação social.

Dessa forma, declaro encerrado este grande debate acerca da reforma política na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*